

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO N° : 128.572
ENTIDADE: Câmara Municipal de Xapuri
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Xapuri, exercício de 2017
RESPONSÁVEL: Gessi Nascimento da Silva
PROCURADOR: -
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

ACÓRDÃO Nº 11.872/2020

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Xapuri. Despesas sem o devido processo licitatório. Irregular. Com Multa. Dar ciência. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, na 1.402ª Sessão Plenária Ordinária Virtual, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **Naluh Maria Lima Gouveia**, com fundamento no artigo 51, inciso III, letra “b”, da LCE TCE/AC nº 38/1993: **1)** Considerando **irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Xapuri, exercício de 2017, de responsabilidade do Senhor **Gessi Nascimento da Silva**, Presidente da Câmara, à época; **2)** notificação do atual Presidente da Câmara Municipal de Xapuri, para tomar ciência do resultado apurado e providenciar medidas no sentido de corrigir, doravante, as irregularidades indicadas; **3)** encaminhamento ao Ministério Público Estadual para as providências que entender pertinentes; **4)** cientificar o senhor **Gessi Nascimento da Silva** do resultado desse julgamento; **5)** O Colegiado, **por maioria**, nos termos do voto do Conselheiro José Augusto Araújo de Faria, pela aplicação de multa sanção ao senhor **Gessi Nascimento da Silva**, no valor de R\$ 14.280,00. Divergiram, em parte, a Conselheira-Relatora e o Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro ao votarem

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

pela multa no valor de R\$ 3.570,00; 6) Após as formalidades de estilo pelo o arquivamento dos autos.

Rio Branco, 14 de maio de 2020

Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora

Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**

Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**

Fui presente:

Doutor **João Izidro de Melo Neto**
Procurador – Chefe do MPC/TCE/AC

PROCESSO N° : 128.572
ENTIDADE: Câmara Municipal de Xapuri - Acre
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Xapuri, exercício de 2017
RESPONSÁVEL: Gessi Nascimento da Silva
PROCURADOR: -
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

RELATÓRIO

1) Tratam os autos da Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Xapuri, exercício de 2017 de responsabilidade do senhor **Gessi Nascimento da Silva**, à época e senhor **Oseias D'Avila Paula**, responsável pela contabilidade da Câmara (CRC 001055/0-1). A referida Prestação de Contas foi encaminhada por meio do OF/CMX/ nº 006/2018, em 06 de abril de 2018, conforme anuncia o protocolo nº **015230624625472017540A**, dentro do prazo legal, estabelecido no artigo 23, parágrafo 1º, da Constituição Estadual e artigo 2º, parágrafo 2º, inciso I, da Resolução TCE/AC nº 87/2013.

2) A análise técnica procedida pela 2ª IGCE/DAFO em seu Relatório Preliminar às folhas 144/156, **apurou** os seguintes resultados:

a) **Em relação à documentação** especificada no Anexo V do Manual de Referência – 4ª edição, foi encaminhada por meio do Sistema Informatizado de Prestação e Análise de Contas – SIPAC, se constatando a sua integralidade.

b) **Em referência ao Orçamento Anual** da Câmara, Lei Orçamentária nº 888 de 29 de dezembro de 2016, destinou inicialmente, para fazer face às suas atividades o valor de R\$ 1.370.000,00. Com os Créditos Adicionais no valor de R\$ 40.000,00 o orçamento final ficou em R\$ 1.410.000,00.

c) **No tocante a despesa**, todo o montante empenhado de R\$ 1.410.000,00 foi devidamente liquidado e pago no exercício, de acordo com os Demonstrativos Contábeis apresentados.

d) **Quanto a execução financeira** (Balanço Financeiro), foi verificado pela área técnica a normalidade na execução e que **não houve saldo do exercício anterior, nem o saldo a ser transferido para o exercício seguinte**, o que guarda conformidade com a análise dos extratos e conciliações bancárias, conforme verificação da área técnica (fls. 145/146).

e) **Analisando o Balanço Patrimonial**, durante a análise, foi apurado pela área técnica o Patrimônio Líquido no valor de R\$ 104.126,69. Sendo que no exercício anterior foi contabilizado o valor de R\$ 99.146,69, considerando ainda, o valor de R\$ 4.980,00 referente ao exercício de 2017, deu o resultado de R\$ 104.126,69, conforme Quadro 02 (fls. 146/147). Verifica-se que está de acordo com a movimentação do Balanço Patrimonial quando comparado o exercício anterior e o atual. Com relação ao estoque de bens no almoxarifado, o Demonstrativo apresenta as aquisições de produtos iguais às saídas no valor de R\$ 34.440,73, não restando saldo no final do exercício.

f) **O Poder executivo Municipal repassou** para a Câmara Municipal de Xapuri o valor de R\$ 1.410.000,00, que corresponde ao percentual de **6,81%** do total da receita tributária e das transferências constitucionais (parágrafo 5º, artigo 153 e nos artigos 158 e 159 da CF/1988), não ultrapassando os **7%** previsto em lei.

g) **A Despesa decorrente da folha de pagamento** do Poder Legislativo Municipal foi da ordem de R\$ 971.074,57, que corresponde a **69,00%** dos repasses efetuados, evidenciando que a Câmara, **cumpriu** às exigências da norma constitucional, não ultrapassando os **70%**.

- h) **Foi constatado pela área técnica** que os gastos com o subsídios dos vereadores foi da ordem de R\$ 720.000,00, correspondendo ao percentual de **3,01%**, não ultrapassando o percentual de **5%** da Receita do Município, **cumprindo**, desta forma, o que determina a norma constitucional (as informações foram com base nas fichas financeiras e que estão de acordo a legislação municipal pertinente), portanto, os valores dos subsídios efetivamente pagos aos vereadores no exercício de 2017, estão em conformidade com a Lei Municipal nº 886/2016.
- i) É importante registrar que foram deduzidos a parcela do FUNDEB conforme preconiza a legislação (fl. 149).
- j) **No exercício em exame**, o Poder Legislativo Municipal gastou o correspondente **4,10%** do total da Receita Corrente Líquida em despesas com pessoal, não ultrapassando o percentual permitido em lei de **6%**.
- k) **Nas Obrigações Patronais** foi verificado, pela área técnica (fl. 151) do Relatório Preliminar, que existe empenhos no valor de R\$ 217.215,21. No entanto, a 2ª IGCE apurou um outro valor de R\$ 213.728,88, verificando uma diferença de R\$ 3.486,33 o que segundo a 2ª IGCE, tal diferença a maior, não deve ser considerada irregularidade.
- l) **Com relação a despesa com Material de Consumo** – elemento de despesa 30, montante empenhado de R\$ 37.440,73 e Serviços de Terceiros – elemento de despesa 36 e 39 o valor empenhado total de R\$ 99.425,49, foi **verificado** pela área técnica que a realização dessas despesas com material de consumo e serviços de terceiros **sem a comprovação** de realização de processo licitatório e a **devida formalização de contratos**, ou seja, **sem observar** os critérios legais da Constituição Federal, artigo 37, XXI e Lei Federal nº 8.666/1993, artigo 2º. Foi apurado ainda, que com relação a despesa com serviços de terceiros – pessoa jurídica não existe qualquer

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

registro de inserção no LICON dos contratos ou licitação com os referidos fornecedores (fls. 152/153).

m) **Foi constatado pela área técnica o Parecer** sobre as contas da Câmara Municipal de Xapuri-Acre, exercício de 2017, atendendo ao exigido no artigo 4º, Inciso V, alínea “b” da Resolução TCE/AC nº 76/2012, desta forma, a área técnica entendeu que foi atendido o exigido no Manual de Referência 4ª edição da Resolução TCE/AC nº 087/2013.

3) Os autos vieram por distribuição no dia 20 de abril de 2018, conforme verificado à fl.132, dos autos.

4) O Senhor **Gessi Nascimento da Silva** à época, foi devidamente citado (fl. 160), o qual **não apresentou** defesa, conforme Certidão número 163.

5) A 2ª IGCE/DAFO, elaborou Relatório Conclusivo (fls. 167/169) o qual apurou que a Câmara Municipal de Xapuri, por meio de seu Presidente, à época, **citado**, na oportunidade, não apresentou defesa, **sujeitando-se aos efeitos da revelia**. Sendo assim, foram ratificadas todas as irregularidades verificadas no Relatório Preliminar (fl. 154 – subitens: 8.1 e 8.2).

6) O **Ministério Público de Contas**, por meio de sua ilustre Procuradora, a Dra. Anna Helena de Azevedo Lima, pronunciou-se, às folhas 174/175, dos autos.

É o Relatório.

Rio Branco, 07 de maio de 2020.

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO N° : 128.572
ENTIDADE: Câmara Municipal de Xapuri
NATUREZA: Prestação de Contas
OBJETO: Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Xapuri, exercício de 2017
RESPONSÁVEL: Gessi Nascimento da Silva
PROCURADOR: -
RELATORA: Cons.^a Naluh Maria Lima Gouveia

CONCLUSÃO E VOTO

Analizando os autos e consubstanciado nos Relatórios de análise técnica da DAFO/2ª IGCE (fls. 144/156 e 167/169), relativos à Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Xapuri, exercício de 2017, constatou-se as seguintes ocorrências:

- a) Realização de despesas com material de consumo e com outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, sem comprovação do devido procedimento licitatório e sem qualquer justificativa para eventual contratação direta, seja por dispensa ou inexigibilidade de licitação, bem como sem a devida formalização contratual, contrariando o contido no artigo 37, inciso XXI da CF/1988 e artigo 2º, de Lei Federal nº 8.666/1993.

Face ao Exposto VOTO, pela:

- 1) EMISSÃO DE ACÓRDÃO** com fundamento no art. 51, inciso III, letra “b”, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, considerando **Irregular** a Prestação de

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Contas Anual da Câmara Municipal de Xapuri, exercício de 2017 de responsabilidade do senhor **Gessi Nascimento da Silva**, Presidente, à época.

- 2) **Pela aplicação de multa sanção** ao senhor **Gessi Nascimento da Silva**, no valor de **R\$ 3.570,00**, fundamentado no artigo 89, Inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, para recolhimento ao Tesouro Estadual, no **prazo de 30 (trinta) dias**, em razão das graves infringências às normas legais, acima verificadas durante a análise dos autos. Na hipótese de descumprimento do prazo aqui estipulado, proceda cobrança via judicial, nos termos dos artigos 23, III e 63, II, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993.
- 3) **Pela notificação** ao atual presidente da Câmara Municipal de Xapuri, para tomar ciência do resultado apurado e providenciar medidas no sentido de corrigir, doravante, as irregularidades indicadas, tudo dando ciência a este Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade legal.
- 4) **Encaminhar** ao Ministério Público Estadual para as providências que entender pertinentes em face da infringência a Lei Federal nº 8.666/1993, em virtude da realização de despesas sem o devido procedimento licitatório.
- 5) Cientificar o senhor **Gessi Nascimento da Silva**, do resultado desse julgado.
- 6) Após as formalidades de estilo, pelo arquivamento do Feito.

É como Voto.

Rio Branco, 14 de maio de 2020.

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**
Relatora